

Nos próximos dias, Justiça recebe ação.

Já de posse de toda documentação necessária fornecida pela Assembléia Legislativa, o advogado Laércio França, do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, formalizará nos próximos dias a ação popular, que conta com aproximadamente 3 mil procurações, contra o aumento de 70% autoconcedido pelos deputados estaduais paulistas em outubro passado. Àquela época o aumento aprovado pela Mesa do Legislativo elevou os salários dos parlamentares para NCz\$ 35 mil, algo em torno de NCz\$ 50 mil atualmente.

Desde o dia 16 de outubro, diariamente, têm chegado à redação do **Jornal da Tarde** procurações de leitores interessados em participar da ação popular. Depois de constatar a inconstitucionalidade da medida e os prejuízos irreparáveis que o aumento provocaria na Fazenda estadual, o jurista Celso Bastos, presidente do IBDC, encabeçou o movimento articulado pelo **JT** que, mais tarde, passou a contar com a adesão de movimentos populares como o de Revalorização do Cambuci.

A ação popular só não deu entrada no Judiciário antes, porque a própria Assembléia Legislativa adiou o máximo possível a entrega de documentos solicitados por Celso Bastos para a formalização do dispositivo jurídico. Segundo ele, esta é a "primeira vez que o instituto da ação popular é utilizado em sua plenitude".